

RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.682 - SP (2015/0299915-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FERNANDO FRANCISCO MENDES
REPR. POR : MADALENA DA SILVA AMARAL E OUTRO
ADVOGADO : NIVALDO BENEDITO SBRAGIA E OUTRO(S) - SP155281
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Fernando Francisco Mendes, com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ fl. 295):

PREVIDENCIÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO LEGAL. ART. 557 DO CPC. MANUTENÇÃO DO JULGADO AGRAVADO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL.

1 - Nos termos do artigo do art. 557, "caput" e parágrafo 1º-A, do Código de Processo Civil, cabe ao relator o julgamento monocrático do recurso, negando-lhe seguimento quando se manifeste inadmissível, improcedente, prejudicado ou para lhe dar provimento se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou jurisprudência do respectivo tribunal ou dos tribunais superiores.

2 - Inviabilidade do agravo legal quando constatada, de plano, a improcedência da pretensão recursal, mantidos os fundamentos de fato e de direito do julgamento monocrático, que bem aplicou o direito à espécie.

3 - Agravo legal desprovido.

Os embargos de declaração do autor (e-STJ, fls. 307/312) foram rejeitados, nos termos da decisão (e-STJ, fls. 314/320).

O recorrente alega contrariedade aos arts. 20, § 3º, da Lei n. 8.742/1993; e 34, parágrafo único do Estatuto do Idoso.

Sustenta, em suma, que a violação teria ocorrido quando o Tribunal *a quo* deixou de fazer a melhor aplicação da legislação federal ao caso concreto e se limitou a considerar que os requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado não estavam preenchidos.

Sem contrarrazões.

Inadmitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 380/385), houve a interposição de agravo de instrumento visando à subida do apelo especial.

Recebidos os autos nesta Corte, foi dada vista ao Ministério Público Federal, que opinou no sentido de se prover o agravo em recurso especial e o próprio recurso.

Na decisão de e-STJ fl. 504, determinei a conversão do agravo de instrumento em recurso especial.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

O autor recorreu à justiça a fim de obter assistência social de que trata o art. 203, *caput* e inciso V, da CF/1988, por ser portador de deficiências física e mental, e não ter, juntamente com sua família, condições de prover a própria subsistência.

A Corte regional considerou ser o autor portador de incapacidade total e permanente para o trabalho, mas que não atende ao requisito de miserabilidade, porquanto sua mãe percebe benefício de prestação continuada no valor de um salário mínimo por mês, e seu pai recebe aposentadoria também no valor de um salário mínimo mensal, além de ser a família proprietária de bens módicos que cita, nos termos de seguinte excerto da decisão (e-STJ, fl. 256):

Esse foi o superior entendimento que, afastando-se sabiamente do critério puramente objetivo constante da norma, foi sufragado no voto condutor, o qual venho adotando, igualmente, no âmbito da Turma.

No entanto, no presente caso, não ficou comprovado que a parte autora não possui condições de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Observo que o estudo social acostado a fls. 152/154 realizado em 27/3/08, demonstra que o autor mora com sua mãe, Sra. Madalena da Silva Amaral, de 67 anos, a qual recebe benefício de prestação continuada no valor de um salário mínimo por mês, e seu pai, Sr. Baiardes Mendes do Amaral, de 68 anos, o qual é aposentado e também recebe um salário mínimo por mês. Residem há vinte e cinco anos em chácara de 30.000 m², de propriedade da família. A assistente social constatou que "possuem 3 (três) vacas de leite. A casa é construída em alvenaria, 2 quartos, 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro. De eletrodomésticos possuem 1 geladeira, 1 fogão, 1 TV. Possuem um automóvel Fusca/72" (fls. 153). O estudo social foi elaborado em 27/3/08, data em que o salário mínimo era de R\$ 415,00.

Dessa forma, não ficou comprovada a alegada miserabilidade da parte autora.

Há que se considerar que o núcleo familiar do autor é composto pelos seus genitores, que têm idades de 67 e 68 anos, sendo, portanto, considerados idosos nos termos legais.

Este Superior Tribunal fixou o entendimento de não ser considerado benefício previdenciário de valor mínimo, recebido por pessoa a partir dos 65 anos de idade, na comprovação de renda familiar para fins de obtenção de benefício de previdência protegido pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA MENSAL PER CAPITA FAMILIAR. EXCLUSÃO DE BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO PERCEBIDO POR MAIOR DE 65 ANOS. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI Nº 10.741/2003. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA. PET 7.203/PE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O benefício previdenciário de valor mínimo, recebido por pessoa acima de 65 anos, não deve ser considerado na composição na renda familiar, conforme preconiza o art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Precedente: Pet n. 7.203/PE, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 215.158/CE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 24/10/2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO NO STF. SOBRESTAMENTO DO FEITO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA MENSAL *PER CAPITA* FAMILIAR. EXCLUSÃO DE BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO PERCEBIDO POR MAIOR DE 65 ANOS. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI Nº 10.741/2003. APLICAÇÃO ANALÓGICA. LEI Nº 11.960/2009. INCIDÊNCIA IMEDIATA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Esta Corte não está adstrita ao julgamento do Excelso Pretório, por força do art. 543-B da lei processual civil, não possuindo os julgados daquela Corte efeito vinculante para com os desta.

2. A finalidade da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ao excluir da renda do núcleo familiar o valor do benefício assistencial percebido pelo idoso, foi protegê-lo, destinando essa verba exclusivamente à sua subsistência.

3. Nessa linha de raciocínio, também o benefício previdenciário no valor de um salário mínimo recebido por maior de 65 anos deve ser afastado para fins de apuração da renda mensal per capita objetivando a concessão de benefício de prestação continuada.

4. O entendimento de que somente o benefício assistencial não é considerado no cômputo da renda mensal per capita desprestigia o segurado que contribuiu para a Previdência Social e, por isso, faz jus a uma aposentadoria de valor mínimo, na medida em que este tem de compartilhar esse valor com seu grupo familiar.

5. Em respeito aos princípios da igualdade e da razoabilidade, deve ser excluído do cálculo da renda familiar per capita qualquer benefício de valor mínimo recebido por maior de 65 anos, independentemente se assistencial ou previdenciário, aplicando-se, analogicamente, o disposto no parágrafo único do art. 34 do Estatuto do Idoso.

6. A Lei nº 11.960/2009, segundo compreensão da Corte Especial deste Sodalício na linha do que vem entendendo a Suprema Corte, tem incidência imediata.

7. Agravo regimental parcialmente provido.

(AgRg no REsp 1.178.377/SP, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/3/2012, DJe 19/3/2012)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.112.557/MG.

POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. EXCLUSÃO DE BENEFÍCIO DE VALOR MÍNIMO PERCEBIDO POR MAIOR DE 65 ANOS. ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI Nº 10.741/2003. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA. PET 7.203/PE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Conforme entendimento firmado no julgamento do REsp n.º 1.112.557/MG, de Relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, o critério previsto no artigo 20, § 3.º, da Lei n. 8.742/1993, deve ser interpretado como limite mínimo, não sendo suficiente, desse modo, por si só, para impedir a concessão do benefício assistencial.

Permite-se a concessão do benefício aos requerentes que comprovem, a despeito da renda, outros meios caracterizados da condição de hipossuficiência.

2. O benefício previdenciário de valor mínimo, recebido por pessoa acima de 65 anos, não deve ser considerado na composição na renda familiar, conforme preconiza o art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Precedente: Pet n. 7.203/PE, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.351.525/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2012, DJe 12/12/2012)

Dessa forma, deve-se excluir as rendas dos genitores do autor para a comprovação da renda familiar, o que demonstra estado de miserabilidade do autor que, somado às suas condições físicas e mentais, levam à condição de merecedor do auxílio assistencial pleiteado.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para conceder o benefício assistencial ao recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator